



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Brasília-DF
Março/2026

ÍNDICE

CONTEXTO OPERACIONAL	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	6
BALANÇO PATRIMONIAL	14
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO	14
NOTA 03 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	15
NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES	15
NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	15
NOTA 06 - CONTROLES CONTÁBEIS.....	16
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	17
NOTA 07 – RESULTADO PATRIMONIAL.....	17
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	18
NOTA 08 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	18
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	19
NOTA 09 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
BALANÇO FINANCEIRO	20
NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO	20
PARTES RELACIONADAS	21

**MINISTRO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E
DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Paulo Henrique Rodrigues Pereira

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Vago

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS
PÚBLICOS**

Esther Dweck

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Cilair Rodrigues de Abreu

SECRETÁRIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Isabela Gomes Gebrim

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE

Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:

Rafael de Souza

Alexandre Gomes Oliveira

Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) é um órgão público da Administração Direta, integrante da estrutura do Governo Federal, inscrito no CNPJ nº 52.224.046/0001-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco J – CEP 70.053-900, Brasília/DF. O MEMP foi criado por meio da Medida Provisória nº 1.187, posteriormente convertida na [lei nº 14.816](#) de 16 de janeiro de 2024.

Este Ministério foi criado por desmembramento a partir do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDICS), tendo como áreas de competência:

- I. coordenação, articulação e proposição de políticas, de programas e de ações de apoio que tratem de:
 - a) empreendedorismo;
 - b) microempresa e empresa de pequeno porte;
 - c) artesanato e microempreendedorismo;
 - d) educação empreendedora;
 - e) concretização e garantia do tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, incluída a defesa institucional perante os Poderes da República e os entes federativos;
- II. políticas de apoio à formalização da microempresa e da empresa de pequeno porte e à identificação do microempreendedor e do profissional autônomo;
- III. incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados à microempresa e à empresa de pequeno porte e de desenvolvimento sustentável da produção;
- IV. ações de qualificação e de extensão empresarial, com ênfase no empreendedorismo feminino e na promoção de empresas de base inovadora (startups), destinadas à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato;
- V. promoção da competitividade e da produtividade, inclusive por meio de acesso a mercados públicos e privados, da inovação e da melhoria do ambiente de negócios para a microempresa e a empresa de pequeno porte;

- VI. articulação e incentivo à participação da microempresa, da empresa de pequeno porte e do artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços;
- VII. políticas destinadas ao microempreendedorismo e ao microcrédito;
- VIII. promoção de ações de fomento da cultura empreendedora inclusiva, abrangidos programas de capacitação, de equalização de passivos, de regularização de débitos, de mitigação do endividamento e de acesso a recursos financeiros;
- IX. registro público de empresas mercantis e atividades afins;
- X. apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte em casos de calamidade pública;
- XI. inclusão socioprodutiva dos empreendedores informais da base da pirâmide social, com interseção da política do microempreendedor com as de assistência social e suas redes;
- XII. suporte às ações nacionais e subnacionais na utilização dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte, incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios;
- XIII. políticas de apoio à inserção da microempresa e da empresa de pequeno porte em atividades ligadas à economia criativa;
- XIV. políticas, programas e ações de apoio ao associativismo e ao cooperativismo, nos temas relacionados ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Estas e outras informações relevantes a respeito do MEMP relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/memp/pt-br>.

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os

seguintes ministérios: o próprio Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas. Posteriormente, o Ministério das Mulheres (MM), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério da Previdência Social (MPS) foram integrados ao arranjo colaborativo.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

Ativo	NE	Órgão	
		2026	2025
Circulante		34.542.215	13.755.347
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	23.591.284	2.825.184
Créditos a Curto Prazo	2	10.950.931	10.930.163
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	-	-
Demais Créditos e Valores	2.2	10.950.931	10.930.163
Demais Créditos e Valores	2.2	10.950.931	10.930.163
Investimentos e Aplicações Temporárias	-	-	-
Estoques	-	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-
Não Circulante		5.976.716	4.675.061
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Investimentos	-	-	-
Imobilizado		5.976.716	4.675.061
Bens Móveis	-	5.976.716	4.675.061
Bens Móveis	-	6.040.456	4.720.876
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-	63.740	45.815
Intangível	-	-	-
Diferido	-	-	-
Total do Ativo		40.518.930	18.430.408

Passivo	NE	Órgão	
		2026	2025
Circulante		4.363.784	4.605.460
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar	3	2.464.572	2.317.495
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	288.135	1.222.011
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	5	840.561	-
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	4	770.516	1.065.955
Não Circulante		-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag.	3	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	5	-	-
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	4	-	-
Total do Passivo Exigível	NE	4.363.784	4.605.460
Patrimônio Líquido	5	36.155.147	13.824.948
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-
Resultados Acumulados	6	36.155.147	13.824.948
Resultado do Exercício	6	22.330.199	9.487.616
Resultados de Exercícios Anteriores	6	13.824.948	4.329.123
Ajustes de Exercícios Anteriores	6	-	8.208
Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		40.518.930	18.430.408

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	Órgão	
	31/03/2026	31/12/2025
Ativo	40.518.930	18.430.408
Financeiro	23.591.284	2.825.184
Permanente	16.927.647	15.605.224
Passivo	132.765.139	1.190.573.302
Financeiro	132.308.919	1.190.345.779
Permanente	456.219	227.523
Saldo Patrimonial	- 92.246.208	- 1.172.142.894

Quadro das Contas de Compensação

Contas de Compensação	Órgão	
	31/03/2026	31/12/2025
Ativos	1.496.062	1.027.738
Garantias e Contragarantias Recebidas	1.496.062	1.027.738
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
Passivos	145.198.553	151.264.801
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	39.642.673	32.179.957
Obrigações Contratuais	105.555.881	119.084.845
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
Saldo Patrimonial	- 143.702.492	- 150.237.064

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Superávit/Déficit Financeiro	Órgão	
	31/03/2026	31/12/2025
Recursos Não Vinculados	- 95.028.865	- 1.172.414.619
Recursos Vinculados	- 13.688.771	- 15.105.976
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-
Dívida Pública	-	-
Fundos, Órgãos e Programas	- 13.688.771	- 15.105.976
Total	- 108.717.636	- 1.187.520.595

Demonstração das Variações Patrimoniais

Variação Patrimonial	NE	Órgão	
		2026	2025
Aumentativa	8.1	65.676.578	95.171.208
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.042.655	6.976
Exploração de Bens, Direitos e		2.042.655	6.976
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		63.066.730	94.913.957
Transferências Intragovernamentais		63.063.580	94.711.460
Outras Transferências e Delegações		3.150	202.498
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos		112.236	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		454.957	250.276
Diversas Variações Patrimoniais		454.957	250.276
Diminutiva	8.2	43.346.379	96.355.021
Pessoal e Encargos		5.943.275	4.507.594
Remuneração a Pessoal		4.605.661	3.489.164
Encargos Patronais		731.589	505.708
Benefícios a Pessoal		546.182	445.342
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas -		59.843	67.380
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		19.988	11.068
Outros Benefícios Previdenciários e		19.988	11.068
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		9.274.060	3.071.301
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		9.256.135	3.067.561
Depreciação, Amortização e Exaustão		17.924	3.739
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		73	-
Transferências e Delegações Concedidas		27.725.864	1.412.270
Transferências Intragovernamentais		763.665	1.412.270
Transferências Intergovernamentais		26.962.199	-
Transferências ao Exterior		-	-
Outras Transferências e Delegações		-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		24.910	2.433.967
Desincorporação de Ativos		24.910	2.433.967
Tributárias		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		358.210	84.918.822
Subvenções Econômicas		357.720	84.918.721
Diversas Variações Patrimoniais		490	101
Resultado Patrimonial do Período	8	22.330.199	- 1.183.813

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa	Órgão	
	2026	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	22.009.736	5.164.473
INGRESSOS	65.704.464	94.780.413
Outras Receitas Derivadas	-	189.269
Outros Ingressos Operacionais	65.704.464	94.591.143
Ingressos Extraorçamentários	143.272	-
Transferências Financeiras	63.063.580	94.523.161
Arrecadação de Outra Unidade	2.497.612	67.982
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	- 43.694.728	- 89.615.939
Pessoal e Demais Despesas	- 14.823.613	- 85.368.781
Essencial à Justiça	- 5.357	-
Administração	- 2.791.120	- 4.652.372
Comércio e Serviços	- 12.027.136	- 80.716.409
Trabalho	-	-
Encargos Especiais	-	-
Transferências Concedidas	- 26.776.090	- 697.134
Intergovernamentais	- 3.510.000	- 217.248
Intragovernamentais	- 654.453	- 479.886
Outras Transferências Concedidas	- 22.611.638	-
Outros Desembolsos Operacionais	- 2.095.025	- 3.550.024
Dispêndios Extraorçamentários	- 142.589	-
Transferências Financeiras	- 763.665	- 1.412.270
Demais Pagamentos	- 1.188.770	- 2.137.754
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 1.243.636	150.096
INGRESSOS	-	150.096
DESEMBOLSOS	- 1.243.636	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.766.099	5.314.570
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.825.184	1.495.195
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	23.591.284	6.809.765

Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Órgão			
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Corrente	-	-	-	-
Receita Tributária	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	-	-	-	-
Total das Receitas Orçamentárias	-	-	-	-
Refinanciamento	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas - Mobiliária	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	-	-	-	-
Déficit	-	-	63.988.652	63.988.652
Total	-	-	63.988.652	63.988.652
Créditos Cancelados	-	46.591.264	-	-

Despesas Orçamentárias	Órgão					
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Corrente	457.920.418	413.884.709	52.033.252	20.533.318	17.534.989	361.851.457
Pessoal e Encargos Sociais	21.043.314	21.043.314	21.030.314	5.099.769	3.159.081	13.000
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	436.877.104	392.841.395	31.002.938	15.433.549	14.375.908	361.838.457
Capital	37.443.343	34.887.788	11.955.400	-	-	22.932.388
Investimentos	37.443.343	34.887.788	11.955.400	-	-	22.932.388
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	495.363.761	448.772.497	63.988.652	20.533.318	17.534.989	384.783.845
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	495.363.761	448.772.497	63.988.652	20.533.318	17.534.989	384.783.845
Superávit	-	-	-	-	-	-
Total	495.363.761	448.772.497	63.988.652	20.533.318	17.534.989	384.783.845

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Restos a Pagar Não Processado	Órgão					
	Inscritos Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	1.091.629.742	79.336.032	20.149.030	20.141.290	1.078.945.814	71.878.670
Pessoal e Encargos Sociais	29.444	508.984	108.427	108.427	-	430.002
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.091.600.298	78.827.047	20.040.603	20.032.863	1.078.945.814	71.448.669
Despesa de Capital	302.418	15.339.040	1.826.899	1.550.069	219.666	13.871.723
Investimentos	302.418	15.339.040	1.826.899	1.550.069	219.666	13.871.723
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Total	1.091.932.160	94.675.071	21.975.929	21.691.358	1.079.165.480	85.750.393

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Restos a Pagar Processado	Órgão				
	Insc. Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	-	3.517.138	3.412.957	-	104.181
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.067.723	2.003.096	-	64.627
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.449.415	1.409.861	-	39.554
Despesa de Capital	-	204.036	204.036	-	-
Investimentos	-	204.036	204.036	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Total	-	3.721.174	3.616.993	-	104.181

Balanço Financeiro

INGRESSOS	Órgão	
	2026	2025
Receitas Orçamentárias	-	339.366
Não Vinculados	-	339.366
Vinculadas	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	63.063.580	94.523.161
Resultantes da Execução Orçamentária	26.360.291	6.793.667
Cota Recebida	26.360.291	6.793.667
Repasse Recebido	-	-
Sub-repasse Recebido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	36.703.289	87.729.495
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	36.703.289	85.622.004
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	2.107.490
Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	49.094.547	12.923.727
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.998.329	1.444.341
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	43.455.334	11.411.405
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	143.272	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.497.612	67.982
Arrecadação de Outra Unidade	2.497.612	67.982
Demais Recebimentos	-	-
Saldo do Exercício Anterior	2.825.184	1.495.195
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.825.184	1.495.195
TOTAL	114.983.311	109.281.449

DISPÊNDIOS	Órgão	
	2026	2025
Despesas Orçamentárias	63.988.652	15.936.455
Não Vinculados	63.988.652	15.936.455
Vinculadas	-	-
Fundos, Órgãos e Programas	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	763.665	1.412.270
Resultantes da Execução Orçamentária	380.430	1.412.270
Repasse Concedido	380.430	1.412.270
Sub-repasse Concedido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	383.235	-
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	383.235	-
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	26.639.711	85.122.960
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.616.993	1.648.042
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	21.691.358	81.337.164
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	142.589	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.188.770	2.137.754
Demais Pagamentos	1.188.770	2.137.754
Saldo para o Exercício Seguinte	23.591.284	6.809.765
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.591.284	6.809.765
TOTAL	114.983.311	109.281.449

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2026

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MEMP.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do MEMP que são integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MEMP, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos

para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com:

- i. empréstimos e financiamentos
- ii. demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. demais obrigações.

E) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas

quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Deficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

- ii. **Consolidação:** Na elaboração das Demonstrações Contábeis do MEMP, foram utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações que compensam ou eliminam as transações que possuem o 5º nível da conta contábil igual a 2 ("intragovernamental") das contas de natureza de informação patrimonial. Essas contas não são eliminadas no processo de elaboração das demonstrações contábeis do MEMP porque o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União (BGU).
- iii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iv. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

F) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MEMP:

Gabinete do Ministro

Secretaria Executiva

Corregedoria

Ouvidoria

Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual

Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	31/03/2026	31/12/2025		
Moeda Nacional	23.591.284	2.825.184	735%	100%
Total	23.591.284	2.825.184	735%	100%
Circulante	23.591.284	2.825.184		
Não Circulante	-	-		

1.1 Moeda Nacional

A tabela a seguir demonstra a composição da “Moeda Nacional” item mais significativo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Órgão		AH	AV
	31/03/2026	31/12/2025		
Limite de Saque	23.591.284	2.825.184	735%	100%
Total	23.591.284	2.825.184	735%	100%
Circulante	23.591.284	2.825.184		
Não Circulante	-	-		

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Empréstimos e Financiamentos

Esse grupo de contas compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos.

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Órgão		AH	AV
	31/03/2026	31/12/2025		
Empréstimos Concedidos	2.398.253	2.398.253	100%	100%
Subtotal	2.398.253	2.398.253	100%	100%
(-) Ajuste para Perdas	-	-	100%	-100%
Total	-	-	100%	0%

Circulante	-	-		
Não Circulante	-	-		

O registro refere-se à transferência de saldo das contas de Empréstimos Concedidos a Receber realizado entre as Unidades Gestoras do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDICS e o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP, conforme parecer nº 00468/2024/Conjur-MDIC/CGU/AGU e Despacho nº 48654815 (processo 52315.001856/2024-38).

A Lei nº 14.042/2020 instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com o objetivo de facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, para a proteção de empregos e da renda.

O programa é operacionalizado por meio de duas modalidades:

- I. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI), por meio da disponibilização de garantias via Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); e
- II. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhas), por meio da concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis.

Os registros realizados pela União refletem exclusivamente da movimentação financeira informada pelo BNDES (agente operador do empréstimo). Os registros realizados pelo BNDES são impactados por pendências e deficiências nas informações prestadas pelos agentes financeiros do Programa ao BNDES. O BNDES, a União e Agentes financeiros estão realizando a conciliação do programa para ajustes de suas posições.

2.2 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos demais grupos) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão		AH	AV
	31/03/2026	31/12/2025		
Adiantamento TED	10.835.229	10.747.903	1%	99%
Adiantamento Concedidos a Pessoal	115.702	182.260	-37%	1%
Total	10.950.931	10.930.163	0%	100%

Circulante	10.950.931	10.930.163
Não Circulante	-	-

- i. **Adiantamento - TED:** Compreende os direitos decorrentes de adiantamentos concedidos, por termos de execução descentralizada. O TED é o Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática, disciplinado pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020”.
- ii. **Adiantamento Concedidos a Pessoal:** Essa rubrica é composta basicamente pelo adiantamento de 13º, adiantamento de férias, pagamento antecipado de salários, auxílio-alimentação e auxílio transporte.

NOTA 03 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

As obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e assistenciais registradas pelo MEMP estão descritas na tabela abaixo.

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	31/03/2026	31/12/2025		
Salários, Remunerações e Benefícios	2.031.478	1.977.518	3%	82%
Contribuições a Entidades de Previdência	260.690	239.829	9%	11%
Férias a pagar	113.081	97.426	16%	5%
Encargos	56.276	-	100%	2%
Benefícios Previdenciários	3.046	2.722	12%	0%
Total	2.464.572	2.317.495	6%	100%

Circulante	2.464.572	2.317.495
Não Circulante	-	-

O montante apresentado em **31/03/2026** decorre do fato das Ordens Bancárias (OB) geradas, a partir de um documento hábil do tipo “FL” (folha), serem emitidas apenas no primeiro dia útil subsequente (D+1). A rotina do pagamento de pessoal ativo e inativo ocorre da seguinte forma: a despesa orçamentária é liquidada na última semana de cada mês e a Ordem de Pagamento (OP) é feita no último dia útil. Entretanto, a Ordem Bancária (OB) só é gerada no primeiro dia útil subsequente ao pagamento, onde ocorre a baixa dos recursos financeiros e a quitação da obrigação.

NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	31/03/2026	31/12/2025		
Consignações	669.056	972.050	-31%	87%
Obrigações com Entidades	68.904	62.032	11%	9%
Diárias a Pagar	31.873	31.873	0%	4%
GRU - Valores em Trânsito	683	-	100%	0%
Total	770.516	1.065.955	-28%	100%

Circulante	770.516	1.065.955
Não Circulante	-	-

As consignações compreendem, geralmente, aos valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está detalhado de acordo com a tabela abaixo:

PL	Órgão		AH	AV
	31/03/2026	31/12/2025		
Resultado do Exercício	22.330.199	9.487.616	135%	62%
Result. de Ex. Anteriores	13.824.948	4.329.123	219%	38%
Ajustes de Ex. Anteriores	-	8.208	-100%	0%
Total	36.155.147	13.824.948	162%	100%

NOTA 06 - CONTROLES CONTÁBEIS

6.1 Atos Potenciais

6.1.1 Atos Potenciais Passivos

6.1.1.1 Convênios e Instrumentos Congêneres

A execução de valores relacionados a convênios e outros instrumentos congêneres envolve a formalização de parcerias entre a administração pública e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum. Esses instrumentos possibilitam a transferência de recursos financeiros para a execução de projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento social, econômico e institucional.

Os convênios são regulados por normativos específicos e exigem a observância de critérios técnicos, jurídicos e financeiros para garantir a correta aplicação dos recursos públicos. A prestação de contas e o acompanhamento da execução são etapas essenciais para assegurar a transparência e a efetividade das ações financiadas.

A tabela a seguir apresenta o estoque de prestações de contas do MEMP, classificado conforme o ano de encerramento da vigência dos convênios e demais instrumentos congêneres celebrados pelo órgão.

Estoque de Prestação de Contas	31/03/2026	31/12/2025	AH	AV
Entre 2022 e 2024	1.430.915	2.271.686	-37%	1%
Vencidas em 2025	14.300.268	25.350.188	100%	6%
Vencidas em 2026	5.187.211	3.687.211	100%	2%
A Vencer	199.337.260	175.124.551	14%	91%
Sem Informação	-	1.891.000	100%	0%
Total	220.255.654	208.324.636	6%	100%

Para mais detalhes sobre os convênios, incluindo a consulta à data de fim de vigência dos instrumentos, acesse o site do [TransfereGov](#), plataforma oficial para gestão, acompanhamento e prestação de contas dessas transferências.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 07 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **março de 2026** foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão	
	31/03/2026	31/03/2025
Varição Patrimonial Aumentativa	65.676.578	95.171.208
Varição Patrimonial Diminutiva	43.346.379	96.355.021
Total	22.330.199	- 1.183.813

I. Consolidação

A descentralização de recursos financeiros, no âmbito do MEMP, ocorre através do Limite de Saque, que permite a vinculação de recursos às respectivas despesas. A operacionalização do Limite de Saque está prevista na Macrofunção Siafi 020303.

No Siafi, os lançamentos contábeis da descentralização e vinculação de recursos são executados mediante a utilização de contas contábeis intragovernamentais. Conforme mencionado anteriormente, o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União.

Em decorrência disso, as contas de VPA e VPD se apresentam superavaliada devido à rotina de descentralização de recursos financeiros. Ressalta-se que ocorre a descentralização da Setorial Orçamentária e Financeira para a UG beneficiária do recurso.

Nos moldes da NBC TSP – Estrutura Conceitual, para que a informação contábil seja útil, ela deve retratar a essência ou a substância das transações, bem como corresponder fielmente aos fatos econômicos que pretende representar. Essa setorial realizou a consolidação da demonstração contábil, evitando-se assim a superavaliação nas contas VPA e VPD, conforme quadro abaixo:

Demonstração da Variação Patrimonial	31/03/2026	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	121.854.214	- 58.787.484	63.066.730
Transferências e Delegações Concedidas	86.513.347	- 58.787.484	27.725.864

Demonstração da Variação Patrimonial	31/03/2025	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	567.109.606	- 472.195.649	94.913.957
Transferências e Delegações Concedidas	473.607.919	- 472.195.649	1.412.270

7.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MEMP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Aumentativa	Órgão	
	31/03/2026	31/03/2025
Transferências e Delegações Recebidas	63.066.730	94.913.957
Exploração de Bens e Serviços	2.042.655	6.976
Outras Variações Patrimoniais	454.957	250.276
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	112.236	-
Total	65.676.578	95.171.208

7.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MEMP, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Diminutiva	Órgão	
	31/03/2026	31/03/2025
Transferências e Delegações Concedidas	27.725.864	1.412.270
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	9.274.060	3.071.301
Pessoal e Encargos Sociais	5.943.275	4.507.594
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	358.210	84.918.822
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	24.910	2.433.967
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.988	11.068
Total	43.346.379	96.355.021

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 08 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é apurado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, conforme o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Em **31/03/2026**, o resultado orçamentário foi deficitário em **R\$ 64 milhões** conforme tabela abaixo:

Resultado Orçamentário	Órgão	
	31/03/2026	31/03/2025
Orçamento Corrente	- 52.033.252	- 15.747.185
Orçamento de Capital	- 11.955.400	150.096
Total	- 63.988.652	- 15.597.089

Conforme evidenciado no Balanço Orçamentário, o empenho de despesas atingiu 14,26% da dotação atualizada (R\$ 448,8 milhões). Por sua vez, não houve realização de receitas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 09 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde à variação líquida entre os fluxos de entrada e saída de recursos ao longo do período. Em **31/03/2026**, essa variação foi positiva em **R\$ 20,8 milhões**.

Geração Líquida de Caixa	Órgão	
	31/03/2026	31/03/2025
Atividades Operacionais	22.009.736	5.164.473
Atividades de Investimento	- 1.243.636	150.096
Atividades de Financiamento	-	-
Total	20.766.099	5.314.570

9.1 Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais em **31/03/2026** apresentou um saldo positivo de **R\$ 22 milhões**. Decorrente principalmente dos ingressos de transferências financeiras recebidas e desembolsos para Comércio e Serviços.

9.2 Atividades de Investimento

A geração líquida de caixa nas atividades de investimento foi negativa de **R\$ 1,3 milhões**.

9.3 Atividades de Financiamento

A geração líquida de caixa das atividades de financiamento não teve impacto no resultado consolidado.

As variações identificadas estão detalhadas nas notas explicativas que compõem este documento.

BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

No primeiro trimestre de 2026, o resultado financeiro foi superavitário em R\$ 20,8 milhões e sua formação é detalhada na tabela a seguir:

Resultado Financeiro	Órgão	
	31/03/2026	31/03/2025
Resultado Orçamentário	- 63.988.652	- 15.597.089
Receita Orçamentária	-	339.366
Despesas Orçamentária	63.988.652	15.936.455
Resultado das Transf. Financeiras	62.299.915	93.110.891
Transferências Financeiras Recebidas	63.063.580	94.523.161
Transferências Financeiras Concedidas	763.665	1.412.270
Resultado Extraorçamentário	22.454.836	- 72.199.233
Recebimentos Extraorçamentários	49.094.547	12.923.727
Pagamentos Extraorçamentários	26.639.711	85.122.960
Total	20.766.099	5.314.570

As variações identificadas estão detalhadas nas notas explicativas que compõem este documento.

PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCTSP 22, considera-se parte relacionada qualquer pessoa ou entidade com capacidade de:

- a) Controlar outra parte;
- b) Exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais de outra parte; ou
- c) Estar sujeita a controle comum.

Incluem-se entre as partes relacionadas:

- a) Entidades que controlam ou são controladas, direta ou indiretamente, pela entidade que reporta;
- b) Coligadas, conforme definido na NBCTSP 18 – Investimento em Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto;
- c) Indivíduos com participação direta ou indireta na entidade que reporta, conferindo-lhes influência significativa, bem como seus familiares próximos;
- d) Peças-chave da administração e seus familiares próximos;
- e) Entidades nas quais os indivíduos descritos nos itens 3 e 4 possuem participação substancial ou sobre as quais exercem influência significativa.

Pessoal-Chave da Administração

Pessoas-chave da administração incluem:

- a) Diretores ou membros do corpo administrativo da entidade;
- b) Pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

No contexto governamental, incluem-se:

- a) Membros do corpo administrativo de entidades governamentais com autoridade sobre o planejamento e controle das atividades da entidade;
- b) Assessores-chave desses membros;
- c) A alta administração da entidade que reporta, incluindo o dirigente máximo, exceto quando já incluído na alínea (a).

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Na União, devido à complexidade do tema, não há um único sistema que concentre informações detalhadas. Os principais sistemas e fontes de Informações são:

1. O Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), sob supervisão da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), centraliza a gestão de pessoal no Poder Executivo.
2. O Painel Estatístico de Pessoal (PEP), acessível em painel.pep.planejamento.gov.br, apresenta informações sobre despesas, distribuição de servidores por faixa de remuneração e outros dados organizacionais.
3. O Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br) permite consultas individualizadas de remunerações no Poder Executivo Federal.